

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº 103 DE 2018
(do Sr. Luiz Couto)

Requer a realização de audiência pública com a presença de representantes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Requeiro a realização de audiência pública para discutir as pendências do Estado brasileiro junto ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, bem como o grau de implementação das recomendações contidas no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

JUSTIFICATIVA

A partir das amargas lições da Segunda Guerra Mundial, diversos instrumentos internacionais foram criados para estabilizar e organizar as relações entre os Estados, de forma a prevenir que se repitam os horrores da guerra. Nesse contexto surgiu o Direito Internacional dos Direitos Humanos, que promove e protege direitos básicos, os quais deixam de ser vistos somente como assunto interno de cada Estado para se transformar em questão pertinente à humanidade.

O documento mais conhecido desse arcabouço normativo internacional é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada em 10 de dezembro de 1948 no âmbito da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Surgiram ainda instrumentos regionais, como o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), instituído pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, e ratificada pelo Brasil somente no período da Nova República, em 1992.

O Sistema Interamericano é composto por dois órgãos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. O primeiro é responsável por receber e examinar reclamações de indivíduos, grupos ou entidades governamentais legalmente constituídas, a respeito de violações de direitos humanos ocorridas nos Estados-membros após o esgotamento dos recursos de jurisdição interna. A Comissão tem a competência, ainda, de realizar visitas *in loco* e apresentar relatórios sobre as condições de proteção dos direitos humanos em cada um dos Estados-membros.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Já a Corte Interamericana de Direitos Humanos é um dos três tribunais regionais internacionais de proteção aos direitos humanos, sendo composta por juristas indicados pelos Estados-membros e eleitos pela Assembleia Geral da OEA. Os processos são iniciados a partir da provocação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ou de um país membro.

Está prevista uma visita *in loco* da CIDH ao Brasil entre os dias 3 e 14 de novembro de 2018, ocasião que torna propícia a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Minorias com a presença dos representantes da referida Comissão. Poderemos, desta forma, prover subsídios para a elaboração de seu relatório sobre as condições dos Direitos Humanos no Brasil, em especial no que se refere aos deveres e competências desta CDHM de fiscalizar o Poder Executivo dentro da temática dos direitos humanos. Interessa avaliar em que medida o Estado brasileiro tem respondido às recomendações da CIDH.

Também no exercício do poder fiscalizatório, a CDHM poderá aproveitar a oportunidade para averiguar o grau de implementação das 29 recomendações contidas no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, além das 13 acrescentadas posteriormente a respeito das violações de direitos humanos dos povos indígenas.

Sala das Comissões, em 20 de agosto 2018.

Deputado LUIZ COUTO
PT/PB